

# Mulheres substituem quase metade de ‘poderosos’ derrubados pelo #MeToo

*Levantamento mostra que mulheres ocuparam 43% dos cargos deixados por 201 acusados de assédio*

**(Folha de S.Paulo, 24/10/2018 - acesse no site de origem)**

Eles transgrediram com impunidade durante anos, e, para as vítimas de seu assédio, parecia que eles jamais sofreriam qualquer consequência. Então saiu a reportagem que detalhou as agressões e o assédio sexual cometidos por [Harvey Weinstein](#), seguida por sua queda das alturas de Hollywood.

Um ano mais tarde, ao mesmo tempo em que o [movimento #MeToo](#) é alvo de uma reação acirrada, é possível fazer um apanhado geral de como o caso Weinstein transformou os corredores do poder.

Uma análise do The New York Times constatou que desde a publicação da reportagem-denúncia (seguida dias mais tarde por uma [investigação da New Yorker](#)), pelo menos 200 homens em cargos destacados perderam seus empregos depois de serem acusados publicamente de assédio sexual. Alguns deles, incluindo Weinstein, estão enfrentando acusações criminais.

Pelo menos 920 pessoas vieram a público para declarar que um desses homens as sujeitou a assédio ou agressão sexual. E quase metade dos homens substituídos em seus cargos foram sucedidos por mulheres.

Contrastando com isso, no ano anterior à denúncia contra Weinstein menos de 30 pessoas de alto perfil viraram notícia por terem pedido demissão ou sido demitidas após acusações públicas de má conduta sexual. A queda do [apresentador da Fox Bill O’Reilly](#) em abril de 2017 revelou ser apenas um indício das transformações que estavam por vir.

“Nunca antes vimos algo como isto”, disse Joan Williams, professora de direito e estudiosa de questões de gênero na Universidade da Califórnia em Hastings.

“As mulheres sempre foram vistas como sendo profissionais de risco porque podem fazer alguma coisa como ter um bebê. Mas hoje, homens estão sendo vistos como contratações de risco.”

O assédio sexual está longe de ter sido eliminado dos locais de trabalho. As leis federais ainda não garantem proteção plena a setores enormes de mulheres, incluindo as que trabalham como freelancers ou em empresas com menos de 15 funcionários. A adoção de novas políticas nos locais de trabalho tem pouco efeito se não for acompanhada por transformações culturais mais profundas.

E, como deixou clara a batalha para a [confirmação de Brett Kavanaugh para a Suprema Corte](#), os americanos discordam em relação a como os acusados de erros de conduta sexual devem ser responsabilizados e quais evidências devem ou não ser aceitas.

Mas a análise mostra que o movimento #MeToo abalou e continua a abalar as estruturas de poder nos setores mais visíveis da sociedade. O NYT reuniu c

Quarenta e três por cento desses homens destacados foram substituídos em seus cargos por mulheres. Destas, um terço está na mídia, um quarto no governo e um quinto no mundo do entretenimento e das artes.

Por exemplo, Robin Wright tomou o lugar de [Kevin Spacey](#) como protagonista do seriado House of Cards, Emily Nemens substituiu Lorin Stein como editora da The Paris Review e Tina Smith assumiu o lugar de [Al Franken no Senado do Minnesota](#).

As mulheres estão começando a ganhar poder em organizações que foram abaladas pelo assédio sexual, e os efeitos disso são potencialmente de longo alcance.

“Acho interessante quantas pessoas vêm para mim e dizem ‘obrigada por intervir para cuidar do problema quando foi preciso’”, disse Tina Smith. “Isso é algo que muitas mulheres fazem boa parte do tempo, não é?”

Nomear uma mulher para a liderança não é garantia de transformações. Já houve casos de mulheres que assediaram e que acobertaram assédio. Algumas mulheres enfrentam o chamado “penhasco de vidro”, em que mulheres são escolhidas para a liderança em tempos de crise organizacional, quando as chances de fracasso são maiores.

E, embora a parcela de mulheres que ascenderam ao poder na esteira da queda de Weinstein seja significativa, as mulheres ainda estão imensamente sub-representadas no topo das instituições americanas.

Pesquisas já mostraram repetidas vezes que as mulheres tendem a liderar de modo diferente. De modo geral, elas criam ambientes de trabalho mais respeitosos, onde o assédio tem menos chances de ocorrer e onde as mulheres se sentem mais à vontade em denunciá-lo quando ocorre.

As líderes mulheres tendem a contratar e promover mais mulheres, a pagá-las mais igualmente e a tornar as empresas mais lucrativas. As mulheres deixam que sua experiência de vida e sua visão de mundo contribuam para as decisões que tomam, e isso pode ajudar nos negócios, já que são as mulheres que fazem a imensa maioria das decisões de compra.

No governo, as mulheres são comprovadamente mais colaboradoras e bipartidárias; elas promovem mais políticas públicas que apoiam mulheres, crianças e o bem-estar social.

Tem sido esse o caso no Congresso, segundo Tina Smith, que é democrata. Em um Senado altamente polarizado, as mulheres tendem a compartilhar responsabilidades com seus colegas de ambos os partidos, mais que os homens, ela disse, e as 23 senadoras se reúnem mensalmente em um jantar.

“Acredito que você tem sucesso e obtêm realizações se nutre relacionamentos com pessoas”, disse a senadora. “Essa é a base para realizar alguma coisa -no mundo legislativo, com certeza.”

Um exemplo: ela e a senadora republicana Lisa Murkowski, do Alasca, descobriram que ambas trabalharam no oleoduto Trans-Alasca quando estavam no colegial. O vínculo que formaram

graças a essa experiência em comum as ajudou quando elas uniram suas forças para apresentar uma legislação sobre saúde mental que foi incluída na lei de resposta à crise dos opiáceos aprovada no mês passado.

Nos setores da mídia noticiosa e do entretenimento, muitas mulheres que assumiram cargos antes ocupados por homens mudaram o tom e o conteúdo do que oferecem ao público. Em alguns casos, as consequências do #MeToo moldaram suas decisões.

Jennifer Salke, que assumiu o lugar de Roy Price na direção da Amazon Studios, disse que a Amazon precisa de “mais séries grandes e atraentes para mulheres”. Ela já anunciou contratos com as atrizes Lena Waithe e Nicole Kidman, entre outras.

Desde que Tanzina Vega assumiu o lugar de John Hockenberry como apresentadora do programa de rádio público The Takeaway, ela já produziu vários episódios sobre gênero, incluindo alguns sobre masculinidade, a indignação das mulheres e a intersecção entre gênero e raça. São tópicos que ela já cobria havia anos, mas que, segundo ela, hoje fazem parte da discussão nacional.

“Não acho que seja necessariamente por eu ser mulher, mas é apenas que, como mulher e como latina, eu sei quando a discussão não tem sido sobre mulheres. Sou profundamente sensível a isso”, disse Vega, ex-repórter da CNN e do The New York Times.

As experiências pessoais de mulheres, incluindo a maternidade, podem transformar os locais de trabalho em lugares mais acolhedores para outras mulheres. É o que espera Christine Tsai, executiva-chefe da firma de investimento tecnológico 500 Startups, onde ela tomou o lugar de Dave McClure no início de 2017, após uma investigação interna sobre o comportamento dele em relação a mulheres na comunidade tech.

“Como executiva-chefe, optei por ser mais tolerante nessa questão -por exemplo, se tenho de levar um de meus filhos a uma consulta médica —, então espero que isso crie em ambiente em que as pessoas não precisam achar que têm que esconder o fato de terem obrigações familiares”, ela explicou.

“É claro que um chefe homem também pode ser sensível a essas coisas, mas ajuda quando existe uma empatia com a situação das mães.”

Mas há um limite às transformações que podem ser efetuadas pelas mulheres que ascenderam na hierarquia profissional -elas ainda operam em um sistema dominado pelos homens.

Mais de 10% dos homens expulsos de seus cargos já tentaram voltar ou manifestaram esse desejo, e muitos deles não chegaram a perder seu poder financeiro.

O humorista Louis C.K. [subiu ao palco do Comedy Cellar em Nova York recentemente](#), levando a perguntas sobre quanto tempo é o suficiente para as pessoas serem banidas de seu campo profissional e quem toma essa decisão.

O radialista Garrison Keilar relançou The Writer’s Almanac como podcast e teria recebido US\$ 275 mil (cerca de R\$ 1 milhão) por um acordo pelo qual a Rádio Pública do Minnesota recoloca no ar episódios de seu catálogo de programas passados.

Jerry Richardson, fundador e ex-proprietário do time de futebol americano Carolina Panthers,

foi multado em US\$ 2,75 milhões (R\$ 10 milhões) pela NFL depois de ser acusado de assédio sexual -mas vendeu o time por pelo menos US\$ 2,2 bilhões (R\$ 8 bilhões), um valor recorde.

Quando pessoas acusadas de assédio sexual voltam ao poder sem fazer reparações -ou nunca chegam a perder seu poder, pelo menos financeiramente—, isso limita o potencial do movimento pós-Weinstein de transformar o exercício do poder na sociedade americana.

Esses homens não passaram pelo mesmo tipo de trauma que as vítimas de assédio sexual, disse Tarana Burke, a fundadora do movimento #MeToo, que ela lançou em 2006 para apoiar vítimas de assédio e violência sexual (a hashtag viralizou um ano atrás quando mulheres passaram a usá-la amplamente para divulgar seus relatos de assédio e violência sofridos).

E muito poucos deles, disse Burke, demonstraram ter assumido a responsabilidade por seus atos ou pedido desculpas pessoalmente às pessoas que prejudicaram.

“Onde estão o exame de consciência pessoal, a tomada de responsabilidade?”, ela disse.

“Talvez, se víssemos alguma evidência disso, pudéssemos ter uma discussão mais substancial sobre o caminho para a redenção.”

Enquanto isso, dizem essas mulheres, há mulheres qualificadas em número mais que suficiente que estão preparadas para assumir os cargos de poder desses homens.

“Várias de nós que assumimos esses cargos fomos promovidas porque éramos realmente boas nesses trabalhos”, disse Tanzina Vega, a radialista.

“Temos as habilidades, a experiência, a ética de trabalho e a inteligência para darmos conta do recado, e está na hora de nós assumirmos esse trabalho.”

---

## **Interesse por política entre mulheres aumenta 55% em 4 anos**

*Em 2018, 20% do eleitorado feminino se empenhou em temas ligados à política; em 2014, o índice era de 9%, segundo pesquisa da Hello Research*

**(O Estado de S. Paulo, 10/10/2018 - acesse no site de origem)**

A publicitária Tatiana Lima, de 34 anos, procurou entender mais sobre política para combater o racismo que sofrera quando decidiu assumir os cabelos crespos. Até então, ela era uma mulher que não se interessava pelo tema. “A minha cabeça se abriu para a política quando despertei para a questão racial. Para rebater o preconceito, precisei me estruturar, porque não sabia de nada. E lendo sobre população negra, eu desaguei nas políticas públicas”, relata.

Assim como Tatiana, outras mulheres começaram a priorizar o tema, independentemente da causa. É o que revela a pesquisa Mapa Político da Hello Research, divulgada entre os meses de setembro e outubro.

O percentual de mulheres que demonstram muito interesse por política em 2018, com foco no primeiro turno das eleições deste ano, foi de 20%, ante 30% dos homens eleitores.

Em 2014, o número do eleitorado feminino muito interessado era bem menor: somente 9%. De lá para cá, houve um aumento de 55% no assunto. À época, o percentual de homens interessados pelo tema também era inferior: 10%.

Além disso, neste ano, 32% das mulheres entrevistadas revelam, ainda, não ter interesse algum no tema e 24%, pouco interesse. Em 2014, os índices eram 31% em ambas as categorias.

Ao todo, 1.993 pessoas das cinco regiões do País foram entrevistadas presencialmente entre 28 de julho e 7 de agosto - antes da oficialização das candidaturas. A margem de erro é de 2,2%.

Segundo o CEO da Hello Research, Davi Bertoncello, dois movimentos bastante significativos nesta eleição contribuíram para a ampliação do debate entre as mulheres: a importância dada ao voto feminino, apesar desta parcela de eleitorado ser maioria desde o ano 2000, e questões relacionadas à segurança pública.

“São dois temas que invadiram esta eleição e que ficaram presentes nas retóricas dos candidatos. Mas é uma discussão bem tardia, visto que as mulheres são maioria há 18 anos”, analisa.

A pesquisa também desenhou o perfil do eleitorado diante de pautas polêmicas, como descriminalização da maconha e legalização do aborto em qualquer situação.

### **Descriminalização da maconha**

O estudo mostra que, em 2018, 21% do eleitorado feminino têm interesse na discussão sobre a descriminalização da maconha, contra 24% dos eleitores homens. Em 2014, o índice era maior: 27% no público feminino, ante 28% do eleitorado masculino.

### **Legalização do aborto**

Em 2018, a legalização do aborto em qualquer situação é de interesse para 12% das mulheres; já entre os eleitores homens, 14%. Quatro anos antes, 14% das mulheres demonstravam entender o tema, contra 16% dos homens.

### **União entre pessoas do mesmo sexo**

A união homoafetiva, em 2018, é um assunto abarcado por 35% do eleitorado feminino, ante 26% dos homens. Os índices em 2014 eram de 32% e 24%, respectivamente.

### **Eleitorado é mais velho e feminino**

O eleitorado feminino no Brasil alcança 53% em 2018, segundo registro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Quatro anos atrás, esta parcela representava 52%. Além disso, neste ano, 20% das mulheres eleitoras têm mais de 60 anos; 79% pertencem às classes C, D e E; e 54% somente têm o Ensino Fundamental completo.

Em 2014, os índices eram outros. Somente 13% do eleitorado feminino tinham mais de 60 anos; 78% estavam incluídas nas classes mais pobres e 63% tinham baixa escolaridade.

## Ministros do STF divergem mais quando relatoras são mulheres, diz pesquisa

*Estudo analisou decisões realizadas entre 2001 e 2013 para verificar a influência do gênero no tribunal*

**[\(Jota, 10/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm maior probabilidade de divergir de votos quando uma mulher é relatora de um caso na Corte. A conclusão é da pesquisa [“Gênero e comportamento judicial no Supremo Tribunal Federal: os ministros confiam menos em relatoras mulheres?”](#), de autoria de Juliana Cesário Alvim Gomes, Rafaela Nogueira e Diego Werneck Arguelhes.

O estudo analisou todas as decisões realizadas no plenário e nas turmas do Tribunal entre 2001 e 2013 para verificar se o gênero do(a) ministro(a) afeta o comportamento de seus colegas no momento de divergir ou não do voto do relator e pedir ou não vista dos autos.

Para os autores da pesquisa, uma possível explicação para a maior probabilidade de divergência com as mulheres do STF é a ideia de que elas seriam menos competentes, confiáveis ou menos capazes de retaliar.

“Nesse sentido, estereótipos de gênero podem influenciar comportamentos com relação a relatoras do sexo feminino. Portanto, as juízas se sentiriam mais constrangidas em entrar em conflito com um colega do sexo masculino. Nossos resultados preliminares de fato apontam para vieses de gênero nas atitudes dos ministros em relação às relatoras”, indica o estudo.

A amostra total da pesquisa foi de 1.034 processos. Por meio de técnicas de análise de dados, o estudo chegou à conclusão de que a taxa de divergência contra relatoras do sexo feminino é 20% maior do que para os relatores do sexo masculino. Além disso, quando a pesquisa analisou somente divergências realizadas no plenário do STF, a taxa de divergência foi 37% maior.

A pesquisa citou algumas situações, entre os próprios ministros, sobre o tema de gênero e comportamento judicial. Uma das discussões aconteceu em maio de 2017, quando, após diálogo entre a ministra Rosa Weber e o ministro Luiz Fux, a então presidente do STF, [ministra Cármen Lúcia, deu a palavra para que a ministra Weber indicasse o seu voto](#). O ministro Fux interrompeu, e dirigindo-se à ministra Weber falou: “concedo-lhe a palavra para [que você possa apresentar seu] voto integral”.

A então presidente do STF, Cármen Lúcia, respondeu ao ministro: “como concede a palavra? É a vez dela de votar. Ela é que concede, se quiser, a Vossa Excelência, um aparte. Foi feita agora uma análise, só um parêntese [...]. O número de vezes em que as mulheres são aparteadas é 18 vezes maior do que entre os ministros [do sexo masculino]”.

Na resposta ao ministro Fux, Cármen Lúcia complementou que a [ministra Sonia Sotomayor, da Suprema Corte dos Estados Unidos, perguntou para ela, então presidente do STF, se no Brasil ela era muito interrompida](#). “Lá, em geral, eu e a ministra Rosa, não nos deixam falar. Então, nós não somos interrompidas’. Mas agora é a vez da ministra Rosa, por direito constitucional, de votar. Tem a palavra, Ministra [Weber]”, disse Cármen Lúcia como resposta ao ministro Fux.

## **Mulheres no Judiciário**

O estudo também indicou o panorama da mulher no Judiciário brasileiro. Os pesquisadores destacam a queda de proporção de mulheres admitidas na carreira judicial. No período de 2002 e 2011 a taxa era de 38,9% e entre 2012 e 2013 caiu para 35,9%.

A pesquisa também mostra que, em 2013, 42,8% dos juízes substitutos eram mulheres. Entretanto, nos tribunais de segunda instância e tribunais superiores, as mulheres representavam, respectivamente, 21,5 % e 18% dos juízes.

No STF, a pesquisa cita que, desde sua criação em 1890, apenas três mulheres foram nomeadas para o tribunal: Ellen Gracie, nomeada em dezembro de 2000, Cármen Lúcia, em junho de 2006 e, em dezembro de 2011, a ministra Rosa Weber, que foi indicada para preencher a vaga aberta pela aposentadoria da ministra Gracie.

“Os caminhos dessas três ministras foram marcados por questões de gênero de muitas maneiras diferentes. Até a nomeação de Ellen Gracie em 2000, mulheres não podiam usar calças no prédio da Suprema Corte. Mas apenas em 2007 Cármen Lúcia se tornaria a primeira ministra a usá-las na sessão plenária do tribunal”, indicou a pesquisa.

Os pesquisadores também registraram outras situações de gênero enfrentadas pelas ministras. Uma das ocasiões foi durante a confirmação de Ellen Gracie como presidente do Conselho Nacional de Justiça, em 2006. A ministra foi submetida a comentários como: “o meu voto ainda leva em conta a beleza e o charme. Assim voto com muito prazer.”, disse o então senador Wellington Salgado.

O então senador Mozarildo Cavalcanti afirmou que “como ginecologista, aprendi a lidar de perto com as mulheres, a entender muito profundamente a sensibilidade feminina”.

“Essas narrativas, embora digam respeito ao comportamento de outras autoridades públicas (os senadores), sugerem ser provável que os estereótipos e a discriminação de gênero também desempenhem algum papel na maneira como os juízes do STF se relacionam com suas colegas do sexo feminino”, concluiu o estudo.

Outro motivo para a maior divergência com o posicionamento feminino no STF, de acordo com a pesquisa, é devido ao fato de que os ministros podem acreditar que discordar de uma colega será menos custoso do que divergir de ministros do sexo masculino.

Para os pesquisadores, a discordância entre ministros é um indício de que “as mulheres terão menor possibilidade do que os homens de fazer prevalecer sua posição ou de exercer retaliações no futuro. Com isso, mulheres seriam encaradas como alvos mais fáceis para desafios públicos ao seu conhecimento ou autoridade”.

A questão do gênero também pode interferir na quantidade de pedidos de vista. Para os

pesquisadores, se um processo tem relatoria por uma mulher aumenta a probabilidade de vista e votos vencidos, pois os ministros do sexo masculino sentiriam menos confiança no trabalho da relatora em explicar as controvérsias envolvidas no caso e em oferecer a melhor solução.

*Alexandre Leoratti*

---

## **Com sete senadoras eleitas, bancada feminina no Senado não cresce**

A bancada de mulheres no Senado para os próximos quatro anos pode ser menor do que a atual. Com sete senadoras eleitas e uma vaga de suplente assumida, a Casa terá doze senadoras, uma a menos do que o grupo atual. O número pode aumentar e se igualar ao atual, caso a senadora Fátima Bezerra (PT), que disputa o segundo turno para o governo do Rio Grande do Norte, não seja eleita e retorne à Casa para o restante do seu mandato.

**(Senado Notícias, 08/10/2018 - acesse no site de origem)**

As candidaturas femininas foram 62 das 353 totais em disputa para o Senado. O número de mulheres que concorreram por uma vaga em 2018 foi maior do que nas duas últimas eleições. Ainda assim, nenhuma mulher foi eleita para a Casa em 20 estados – em três deles, Acre, Bahia e Tocantins, não houve sequer candidatas. As sete senadoras eleitas representam apenas 13% dos eleitos para o cargo. O número de eleitas é igual ao das eleições de 2010, a última em que dois terços do Senado foram renovados.

Já na Câmara dos Deputados, a bancada aumentou, passando de 51 para 77 deputadas. Elas somam agora 15% naquela Casa. A porcentagem é semelhante a atual no Senado, em que as mulheres representam apenas 16% das vagas ocupadas. A presença feminina também é menor nas indicações de suplência. Dos 54 senadores eleitos e dentre seus 108 suplentes escolhidos, as mulheres são cerca de 30% dos nomes listados para os cargos de primeiros e segundo suplentes.

### **Representantes**

Entre as sete eleitas, duas ficaram em primeiro lugar na disputa eleitoral do estado ou distrito: a novata na política Juíza Selma Arruda (PSL), no Mato Grosso, e a ex-jogadora Leila do Vôlei (PSB), pelo Distrito Federal. Leila será a primeira senadora eleita no DF e se destaca por ter escolhido apenas mulheres para os cargos de suplentes. Chegam à Casa também as deputadas federais Mara Gabrilli (PSDB-SP), Daniella Ribeiro (PP-PB), Zenaide Maia (PHS-RN) e Eliziane Gama (PPS-MA).

A bancada também será composta pela estreante na política Soraya Thronicke (PSL-MS), eleita com 373.712 no Mato Grosso do Sul, e por Mailza Gomes (PSDB-AC), que assumirá como suplente a vaga de Gladson Cameli (PP), eleito para o cargo de governador do Acre. Todas as senadoras eleitas possuem nível superior e apenas duas nunca atuaram em cargos políticos.



Continuam na bancada as senadoras eleitas em 2014 Simone Tebet (MDB-MS), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Rose Freitas (Pode-ES) e Kátia Abreu (MDB-GO). Rose disputou o governo do seu estado, mas não foi eleita e ainda tem mais quatro anos de mandato — o mesmo ocorre com Kátia Abreu que perdeu a disputa para vice-presidência da República.

### **De saída**

A procuradora especial da Mulher do Senado, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não conquistou a reeleição na Casa. O mesmo ocorreu com as senadoras Ângela Portela (PDT-RR) e Lúcia Vânia (PSB-GO). Também saem do Senado para assumir vaga na Câmara dos Deputados as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Se despede ainda a senadora não eleita Ana Amélia (PP-RS), que se candidatou a vice-presidência da República. Além disso, também não retornarão em 2019 as senadoras Regina Souza (PT), eleita vice-governadora do Piauí, e a paulista Marta Suplicy, que se desfilou do MDB e se aposentou da carreira pública.

As saídas e renovações impactam, por exemplo, na composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que perderá quatro das cinco senadoras titulares.

---

## **Candidaturas femininas a assembleias ficam no mínimo exigido por lei**

*Levantamento mostra que há mais negros, novatos e mulheres candidatos a estaduais*

**(Folha de S.Paulo, 07/10/2018 - acesse no site de origem)**

Em 1998, a minissaia já estava ali e a mulher podia votar fazia boas seis décadas. O mundo não era tão diferente do que se vê em 2018. Mesmo assim, a participação de mulheres entre os candidatos a deputados estaduais mais que dobrou nos últimos 20 anos. Em SP, por exemplo, foi de 15% para 32%; em MG, de 12% para também 32%.

Parece um salto grande, mas na verdade os partidos praticamente só estão cumprindo cota: as candidaturas femininas [passam pouco além de 30%](#), o mínimo exigido por lei desde 2009.

A **Folha** analisou o perfil demográfico de candidatos a deputados estaduais em SP, MG e RJ, com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Embora a taxa de candidaturas femininas tenha dobrado, isso, na prática, não significou mais mulheres no Parlamento: a proporção de mulheres entre os deputados estaduais eleitos no Brasil em 2006 foi de 11,5%; em 2010, 12,5%; em 2014, 10,5%, diz Ligia Pinto, coordenadora do Centro de Pesquisa em Direito, Gênero e Identidade da Fundação Getúlio Vargas, citando estudos feitos por ela na FGV e no Grupo Mulheres do Brasil.

Entre as mulheres candidatas a deputadas estaduais em todo o país em 2014, apenas 17% delas receberam mais de 1.000 votos, segundo as estatísticas levantadas pela pesquisadora —entre homens, essa proporção foi de 47%.

Os estudos mostram que os candidatos eleitos são os que recebem dinheiro dos partidos. Pela lei, 30% do R\$ 1,7 bilhão do fundo público de financiamento de campanhas também deve ser destinado às mulheres.

Conforme a Folha mostrou no último mês, [17 partidos não cumpriram cota de fundos para financiar mulheres se não as tivessem colocado como candidatas a vice](#) —e contabilizado como repasse às candidatas, o que, na verdade, é para a chapa toda.

Ligia Pinto, que montou o portal [Appartidarias](#) para fiscalizar se essas cotas são cumpridas, propõe mudanças na legislação para evitar essas distorções: reserva de cadeiras (não candidaturas) para mulheres e lista fechada com metade das candidatas mulheres, entre outras.

Mesmo que o aumento de candidatas não reflita em mais parlamentares mulheres, a cara das Assembleias mudou, diz a deputada estadual Célia Leão (PSDB). “Na época, foi engraçadíssimo”, conta, sobre a primeira eleição que disputou, em 1998, quando foi eleita vereadora por Campinas. “As pessoas me olhavam com um olhar de ‘como assim?’”, diz.

Chegou à Assembleia Legislativa de SP no pleito seguinte com só mais três colegas mulheres entre 84 deputados.

“Uma deputada que é eleita hoje vai entrar por uma porta diferenciada, um chão já pisado. Para eu entrar, tive que dar muita cotovelada pelo caminho, não foi fácil, passar a cadeira de rodas no pé de muita gente”, afirma ela, que também é cadeirante.

A diferença, diz, é que as parlamentares mulheres precisam lutar mais se quiserem chefiar comissões ou participar de decisões importantes dentro dos próprios partidos.

A análise das candidaturas a deputados estaduais mostra ainda que aumentou a proporção dos candidatos que nunca disputaram uma eleição antes. Em MG, saltou de 41% em 2014 para 47% em 2018. No Rio, de 52% para 55%. Em SP, de 46% para 51%.

Cresceu ainda a proporção de candidatos que se declaram negros (pretos e pardos): em MG, saltou de 41% em 2014 para 47%. No Rio, de 43% a 49%. Em SP, que tem a menor proporção de candidatos negros entre os três estados analisados, foi de 25% para 27%.

*Thiago Amâncio; Guilherme Garcia*

---

**[“Nem recatada e nem do lar, a mulherada](#)**

# tá na rua para lutar”

*Manifestações promovidas por mulheres contra candidato à presidência ocorreram em 114 cidades em 10 estados brasileiros*

**(Jornal do Campus, 06/10/2018 - acesse no site de origem)**

Mulheres de todo o Brasil protagonizaram o ato #EleNão, em repúdio ao candidato à presidência Jair Bolsonaro, no dia 29 de setembro. Mulheres de todas as idades, cores, sexualidade e ideologias se uniram para mandar uma mensagem.

“Em primeiro lugar, eu acho que as declarações que o Bolsonaro deu, ao longo da carreira política dele, algumas mais emblemáticas como aquela da ‘fraquejada’, a questão da Maria do Rosário, e outros absurdos fizeram com que as mulheres tanto de esquerda quanto de direita percebessem que ele não respeita o mínimo da humanidade das mulheres”, analisou Beatriz Rodrigues Sanchez, pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP.

Ela ainda comenta outros dois fatores que geraram a união feminina em repúdio ao candidato. O primeiro é de que suas duas únicas propostas de governo para as mulheres não mencionam as pautas de igualdade de gênero, nem de direitos.

“O candidato Bolsonaro praticamente insultou as mulheres, considerou todas as lutas das mulheres, da violência à problemas de diferença salarial, como permanentes do ponto de vista cultura, do ponto de vista até legal”, explica a socióloga Fátima Pacheco Jordão, uma das fundadoras do Instituto Patrícia Galvão.

O outro diz respeito à sua postura quanto ao rearmamento da população e um programa liberal para os serviços públicos. Beatriz explica que isso afetaria principalmente as mulheres periféricas, que necessitam de políticas públicas e estão mais expostas à violência urbana.

Elas seriam diretamente lesadas pela cobrança de saúde e educação, por exemplo. Além disso, o rearmamento legal da população tornaria os locais em que o crime organizado atua ainda mais mortíferos, atingindo principalmente os moradores dessas regiões, como seus filhos, maridos, irmãos e elas próprias.

Beatriz Rodrigues analisa o candidato além do machismo, “ele representa o que há de mais autoritário na política brasileira”. Para ela, votar nele é colocar em risco o próprio direito de votar e exercer a democracia. Nesse sentido, Fátima Pacheco acredita que o protagonismo feminino de fato ocorreu nessas eleições e que as mulheres abriram uma nova janela para o futuro político do Brasil. O #EleNão é grande sintoma desse ativismo feminino.

*Letícia Tanaka*

---

# As demandas das mulheres não estão sendo debatidas, mas elas podem definir as eleições de 2018, por Jacira Melo

Quais são as principais preocupações das 77 milhões de mulheres brasileiras, que representam 52,5% dos votos nestas eleições? A [pesquisa Ibope/ONU Mulheres realizada em agosto](#) revela que as brasileiras priorizam mudanças sociais e investimentos em serviços públicos.

**(Agência Patrícia Galvão, 04/10/2018)**

Em suas respostas, as mulheres destacam que consideram como de extrema importância uma série de medidas que o governo federal deve implementar nas seguintes áreas: saúde (por exemplo, criar medidas para ajudar os municípios a diminuir o tempo entre a marcação e realização de consultas e exames); segurança (ex.: ampliar a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência); educação (ex.: municípios devem receber ajuda para ampliar vagas em creches); trabalho (ex.: promover políticas que incentivem que homens e mulheres tenham os mesmos salários e oportunidades).

Esses dados apontam que as mulheres, além de salientar a urgência de melhorias nas áreas de saúde, segurança e educação, também enfatizam a necessidade de mais investimentos públicos e mudanças de políticas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Contudo, todas essas preocupações destacadas pelas mulheres como prioridades para o próximo governo têm sido pouco debatidas pelos candidatos e candidatas à presidência.

## **Mulheres com menor renda e escolaridade podem garantir um segundo turno**

Em relação à intenção de voto das eleitoras, segundo a pesquisa Ibope divulgada em 3/10, as mulheres que declaram voto em Bolsonaro têm um perfil semelhante ao dos eleitores homens do candidato do PSL: renda mais alta, maior escolaridade e concentração nas regiões Sudeste e Sul.

Tudo indica que um provável segundo turno nesta eleição presidencial será garantido pelas mulheres de menor renda, menor escolaridade e que vivem nas regiões mais carentes do país. Ao mesmo tempo, as pesquisas revelam que as mulheres tendem a ser mais exigentes com relação às propostas que têm a ver com a vida real cotidiana, especialmente por serem as principais usuárias dos serviços públicos. No segundo turno, as mulheres precisam estar no centro dos debates e das propostas sobre políticas e mudanças sociais para o país.

*Jacira Melo é diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão.*

---

# Diretor do Datafolha: “Mulheres impedem eleição de Bolsonaro no 1º turno”

Diretor do Instituto Datafolha, Mauro Paulino afirma: “Quem está impedindo a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) no primeiro turno são as mulheres”. Segundo Paulino, elas barram o avanço do candidato por causa da alta rejeição, de 49%, a maior entre todos os postulantes à presidência.

[\(Universa, 04/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No entanto, ao longo da última semana, as pesquisas mostraram que o maior crescimento nas intenções de voto para Bolsonaro foi, justamente, entre as mulheres, mesmo depois das manifestações contrárias a ele realizadas no sábado (29). “Os atos foram históricos, emblemáticos, mas, entre a população feminina mais conservadora, que foi onde ele cresceu, pode ter soado como provocação à moral e aos bons costumes, impulsionando a adesão ao candidato”, diz Paulino

O aumento se deu, principalmente, no segmento de mulheres com renda familiar mensal maior do que cinco salários mínimos: foi de 32% para 42% em sete dias. Também houve aumento significativo entre aquelas com renda familiar de até dois salários, de 14% para 19%.

Segundo Paulino, o medo da violência é um dos pontos comuns entre as mulheres dos dois segmentos de renda. “Essa preocupação existe, especialmente entre elas, por causa dos filhos”, afirma.

## **Antifeminismo**

A cientista social e antropóloga Rosana Pinheiro-Machado afirma que o crescimento dos votos para Bolsonaro entre mulheres se explica também pela ofensiva do candidato contra a rejeição feminina, colocando o tema da mulher em seus discursos para ganhar o eleitorado conservador.

Segundo Rosana, 80% das publicações dele em redes sociais no último mês se concentraram no debate de dois temas: antipetismo e antifeminismo. “Noto o discurso ofensivo contra as feministas, mas também um forte ódio contra a esquerda e o PT.”

Para Rosana, a postura conservadora se manifesta no discurso do candidato e de seu eleitorado principalmente quando defendem um modelo específico de família, composto por homem, mulher e filhos. E nos ataques aos petistas com discurso de combate à corrupção atrelado a valores morais, exaltando, de novo, a família.

## **Família tradicional brasileira?**

O comportamento se reflete nas pesquisas: segundo Paulino, do Datafolha, membros de famílias constituídas por homem, mulher e filhos votam mais nele. Entre as mães solo, lidera Fernando Haddad (PT), segundo lugar nas pesquisas.

Rosana, que é professora do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM (Universidade

Federal de Santa Maria), tem uma pesquisa em andamento sobre o comportamento de eleitores de Bolsonaro.

Ela aponta que houve uma preocupação da campanha em colocar o combate à violência contra a mulher de maneira agressiva no discurso do candidato, com ele dizendo, por exemplo, que vai instituir a castração química para estupradores. Surtiu efeito. “Tanto que, nas minhas entrevistas, feitas em Porto Alegre e em São Paulo neste ano, quando perguntava para as pessoas porque votariam em Bolsonaro, elas respondiam que ele era o único que se preocupava, de fato, com as mulheres.”

### **Crescimento entre evangélicos**

Bolsonaro é líder entre os evangélicos com 40% das intenções de voto. Haddad tem 15% de aderência nesse segmento. Segundo o diretor do Datafolha, o maior índice de evangélicos no Brasil se dá entre mulheres com renda de até 5 salários mínimos. Por isso, é possível concluir que há uma grande aderência ao candidato entre mulheres evangélicas, apesar de o instituto não fazer o recorte específico de gênero e religião.

Na sexta-feira (28), o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, declarou voto em Bolsonaro. Na quinta-feira (4), a FPE (Frente Parlamentar Evangélica) da Câmara dos Deputados oficializou o apoio à candidatura do postulante do PSL. “Há um trabalho forte entre evangélicas e é um estrato muito capilarizado, então essa aderência deve aumentar”, afirma Rosana.

### **Voto de última hora**

Paulino ressalta ainda que se nota, nas séries históricas das pesquisas eleitorais, que as mulheres deixam para decidir o voto na última hora. Ou seja, era esperado que votos até então nulos e indecisos migrassem para os candidatos nessa reta final. E a conclusão é de que grande parte deles foram, e estão indo, para Bolsonaro.

*Camila Brandalise*

---

## **[Candidaturas presidenciais aderem à iniciativa #Brasil5050 pela igualdade de gênero](#)**

*Compromissos assumidos por presidentiáveis e vices fortalecem empenho por democracia com paridade de gênero, que, para 7 em cada 10 brasileiras e brasileiros, só se efetiva com mais mulheres na política*

**[\(ONU Mulheres, 04/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Quatro candidatas à Vice-Presidência da República nas eleições 2018 firmaram a [Carta](#)

[Compromisso da iniciativa #Brasil5050 Todas e todos pela igualdade](#) com foco na paridade de gênero: Ana Amélia Lemos (que integra a chapa de Geraldo Alckmin/PSDB) e Kátia Abreu (vice de Ciro Gomes/PDT), da deputada estadual Manuela D'Ávila (vice de Fernando Haddad/PT) e Sonia Guajajara (a candidata a copresidenta junto com Guilherme Boulos/PSOL).

A adesão das vice-presenciáveis se soma à [Norma Marco Democracia Paritária](#), estabelecida pelo Parlamento Latino-americano (Parlatino) em 2015. O Brasil é um dos signatários do documento que visa assegurar a efetividade dos direitos humanos a mulheres e meninas no continente, com base na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e em outros tratados e acordos internacionais sobre direitos das mulheres.

O compromisso com a ONU Mulheres Brasil foi firmado durante o debate “Mulheres na Política”, realizado pelo Instituto Locomotiva e El País, com apoio da ONU Mulheres, na última sexta-feira (28/9). Dentre as cinco concorrentes ao cargo, apenas Suelene Nascimento, que compõe junto com o Cabo Daciolo à chapa presidencial apresentada pelo Patriota, não esteve presente ao evento.

**Compromisso com a igualdade** - Nesta eleição, em que a poucos dias do pleito mais de um quarto das eleitoras ainda não declaram identificação com nenhuma das 14 candidaturas apresentadas, é importante refletir como a baixa presença de mulheres nos parlamentos e nos espaços de definição das políticas públicas e políticas para as mulheres exclui mais da metade da população.

“As mulheres não estão ‘indecisas’ porque não estejam interessadas [no debate eleitoral]. Elas estão ‘indecisas’ porque não estão ouvindo dos candidatos e das candidatas quais são as propostas para fazer um país igualitário, um país melhor. Esse é o desafio de vocês nesses últimos dias: convencer as mulheres que vão votar das propostas políticas que deem respostas aos problemas cotidianos de cada uma delas”, frisou Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

Gasman também destacou no encerramento do evento que “os dados mostram que a população quer igualdade. Não é uma abstração, não é a ONU dizendo ‘50-50’, são as pesquisas que mostram as brasileiras e brasileiros dizendo que o mundo seria melhor, o Brasil seria melhor, o parlamento seria melhor se tivéssemos igualdade. Nos temas da educação, saúde, participação política, participação econômica, liberdade de ir e vir e no combate à violência, a população está pedindo igualdade”.

Nadine reforçou ainda que a iniciativa Brasil 50-50, da ONU Mulheres e parcerias, é uma proposta proativa voltada a partidos e candidaturas a se comprometerem com a igualdade entre homens e mulheres no país, e também um apelo às eleitoras e eleitores para que votem conscientemente da necessidade de avançar nos direitos de igualdade às mulheres para potencializar o desenvolvimento e a justiça social. “É preciso trazer ao debate público a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Sabemos que não teremos desenvolvimento sustentável, nem no âmbito político, nem econômico, nem social ou ambiental sem a participação em igualdade de homens e mulheres na sua diversidade”, afirmou.

**Política e representação** - Durante o evento “Mulheres na Política” foi apresentada a pesquisa Locomotiva. Entre os dados, destacam-se: 95% das mulheres brasileiras acreditam

que deveria haver mais representantes femininas na política. Além disso, 94% delas não se sentem representada pelos políticos em exercício e 9 em cada 10 discordam que “os políticos pensam nas necessidades da população para tomar suas decisões”. Ao mesmo tempo, ressalta o Instituto, “76% das mulheres concordam que seu voto pode fazer a diferença no país, enquanto 72% afirmam se interessar em algum grau por política”.

O levantamento baseado em pesquisa quantitativa, pesquisas qualitativas e análise de dados secundários ouviu 2.002 brasileiras e brasileiros maiores de 16 anos em 35 cidades de todas as regiões do país.

O presidente do Locomotiva, Renato Meirelles, disse que “a desigualdade de gênero traz prejuízos financeiros ao país”, onde 29 milhões de lares têm mulheres como provedoras, enquanto ainda ganham em média um quarto a menos que homens nas mesmas funções. Os prejuízos não são só econômicos, mas também sociais e políticos, como demonstram vários estudos internacionais e aponta a Plataforma do Cairo, importante pela definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil.

Acesse aqui o relatório completo da pesquisa.

**Debate pioneiro** - O debate inédito somente entre candidatas mulheres ao segundo posto de comando da Nação brasileira foi mediado pela editora-chefe do jornal ‘El País’, Carla Jimenez. As vice-presidenciáveis responderam a perguntas formuladas pelas jornalistas Adriana Ferreira Silva (Marie Claire), Alessandra Balles (Cláudia), Débora Bergamasco (SBT), Joyce Ribeiro (TV Cultura), Juliana Linhares (Universa/UOL), Regiane Oliveira (El País) e Sonia Racy (Estadão). Além da comunicadora Jacira Melo (Instituto Patrícia Galvão, instituição parceira da iniciativa #Brasil5050) e da cientista social e diretora executiva do Instituto Locomotiva, Maíra Saruê Machado.

Assista abaixo ao vídeo da transmissão online do Encontro Mulheres na Política, que foi a segunda edição do Seminário Brasileiras. Na primeira vez em que El País e Locomotiva promoveram uma ação similar foram reunidas especialistas e lideranças femininas, em 2016, para discutir os avanços, retrocessos e desafios da agenda para a igualdade de gênero no Brasil.

---

## [#EleNão: o que leva as mulheres às ruas?, por Camila Villard Duran](#)

*Se houver continuidade de discursos agressivos e de exclusão contra mulheres e minorias, o país estará condenado a seguir fragmentado.*

**[\(O Estado de S. Paulo, 04/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

No final de semana que antecede a eleição presidencial, o #EleNão conseguiu reunir dezenas de milhares de brasileiras e brasileiros nas ruas. O discurso político de Jair Bolsonaro, com



referências machistas e declarações de desrespeito a direitos individuais e a instituições democráticas, foi fortemente contestado no último 29 de setembro. O #EleNão pode ser comparado aos [movimentos sociais de junho de 2013](#). Foram eles que primeiro potencializaram o uso da internet e de redes sociais para grandes mobilizações políticas.

No entanto, o #EleNão tem algo peculiar. É a sua locomotiva: *as mulheres*. Sindicatos, entidades religiosas, partidos políticos e organizações sociais em defesa de direitos de minorias não foram capazes de unir um contingente tão importante de pessoas e levá-los às ruas para protestar contra um dos principais candidatos à Presidência da República.

Mulheres foram responsáveis por organizar o movimento *virtual*, que passou a influenciar a amplitude do movimento *real*, e culminou nas passeatas do último sábado, em diferentes cidades no Brasil e no exterior. Com essa mobilização, elas podem impactar decisivamente o resultado das eleições. Elas representam 53% do eleitorado no país. São também a maioria da população. Pela primeira vez na democracia brasileira do pós-1988, a [clivagem de gênero](#) tende a ser o fator determinante no resultado das eleições.

O que explica esse peso decisivo das mulheres na eleição presidencial de 2018? Afinal, o ambiente político é altamente dominado por homens (dos treze candidatos, apenas duas são mulheres) e elas representam apenas [10,7% dos cargos eletivos no Congresso Nacional](#). Comparativamente, na América Latina, esse número é quase três vezes maior (29,3%). É preciso compreender a forma e o sentido da organização política das brasileiras nessas eleições.

“As instituições são julgadas pelo ponto de vista das chances concretas dadas aos indivíduos” (Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*). Desde a instauração da República no Brasil, quais foram as chances concretas dadas às mulheres, em termos de emancipação e empoderamento? Progressivamente, mas ainda lentamente, pode-se afirmar que se caminha na direção da igualdade de gênero. As eleições de 2018 podem representar, contudo, progresso ou retrocesso. O #EleNão é a resposta das mulheres a essa encruzilhada, que parece ultrapassar a questão da identidade de gênero.

Elas não somente se reuniram para protestar contra um inimigo comum, que lhes nega individualidade e existência plena. A identidade de gênero foi um catalisador contra as ideias que o candidato representa: autoritarismo e agressão a valores democráticos e direitos individuais. Elas não se manifestaram por um projeto político específico. Elas protestaram contra o autoritarismo, em defesa do liberalismo político.

Para o influente historiador israelense Yuval Noah Harari, a atual [crise global do liberalismo político é séria](#). A novidade trazida pelo século XXI, contudo, é a de que o liberalismo não está mais sendo confrontado a um adversário ideológico coerente, como o fascismo e o comunismo do século anterior. O liberalismo sofre oposição de ideologias nihilistas e poucas coesas. Trump é representativo dessa oposição. Bolsonaro é a versão brasileira.

Historicamente, mulheres tiveram dificuldades em se organizar enquanto movimento político. Em 1949, Beauvoir (*Le deuxième sexe*) ressaltava a dificuldade do reconhecimento da identidade de gênero enquanto elemento de conexão entre as mulheres. As mulheres, segundo ela, “vivem dispersas entre os homens, mais conectadas a eles pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social de certos deles – pai ou marido – do que a outras mulheres. Burguesas, elas são solidárias a burgueses e não a mulheres proletárias; brancas a homens brancos e não a mulheres negras”.

As décadas de 1960 e 1970, que testemunharam eventos históricos da segunda onda do movimento feminista global, contribuíram de forma significativa para superar a barreira ao mútuo reconhecimento (a [despenalização do aborto na França](#), conduzida por Simone Veil, é emblemática desse período). No Brasil da época, entretanto, movimentos em defesa de direitos humanos foram duramente reprimidos pelo regime militar.

Foi somente no pós-1988, com adoção da nova Constituição Federal, que o feminismo brasileiro pode, de fato, florescer. São as liberdades garantidas pelo direito, que permitem a organização política dessas mulheres. Mas isso não é tudo. Liberdades formais demandam liberdades econômicas e sociais para serem concretizadas.

A década de 2000 foi rica nesse quesito: políticas como o bolsa família e a progressiva repressão à violência doméstica, com a promulgação da [Lei Maria Da Penha](#), estão transformando a posição das mulheres no seio familiar e comunitário. O crescimento da igualdade de gênero no [acesso à educação e à saúde, nos últimos anos](#), foi outro fator relevante. No Brasil, [a escolaridade é identificada como uma variável explicativa](#).

O #EleNão é produto da evolução da democracia liberal brasileira e também da [globalização de movimentos políticos](#) feministas. Internacionalmente, pode ser comparado, por exemplo, à [Marcha das Mulheres](#) contra o governo Trump. O retrocesso da democracia liberal tende a impactar de forma mais dura e cruel mulheres, minorias raciais e LGBTs. E elas têm consciência disso.

A despeito de todos esses avanços, que permitem explicar a capacidade da organização e da manifestação política feminina, que culminaram nos eventos recentes, há muito o que fazer. O aborto ainda é crime no Brasil. A lei penal, com toda sua força estatal, reprime as mulheres que, desesperadamente, precisam recorrer a esse ato. Aos homens, nada é devido. É preciso também lembrar que, na economia brasileira, as mulheres com ensino superior ainda recebem [75% da remuneração de seus pares masculinos](#). Há ainda sub-representação em altos cargos de chefia, em praticamente todos os setores, do público ao privado. Mulheres são minoria em cargos eletivos, nos planos federal, estadual e municipal. Negras e trans são ainda mais negativamente impactadas.

Poderá o #Elenão se converter em participação efetiva das mulheres na vida política, enquanto titulares de cargos públicos e eletivos? A eleição de Dilma Rousseff como Presidente da República, por si só, [não se converteu em ganhos de participação](#) nos mais altos escalões do governo. Em todo caso, a análise de [Rosana Pinheiro-Machado e Joanna Burigo](#) é perspicaz: o momento pede atenção para a representação política feminina. As campanhas eleitorais precisam falar sobre e para as mulheres. O poder do voto feminino já foi identificado pela [socióloga Fatima Pacheco Jordão](#), em outras eleições presidenciais. Precisamos avançar.

É evidente que o problema da representação política no país não irá se resolver no momento das eleições. Precisa-se de políticas robustas, que respondam a essa demanda. Há em curso projetos sociais, que procuram aumentar a representatividade de setores marginalizados nas instituições públicas. A [Escola Comum é um deles](#): jovens brilhantes da periferia, homens e mulheres, estão sendo preparados para se tornarem líderes na vida política brasileira. Precisa-se de mais projetos desse porte intelectual voltados, especialmente, para mulheres.

Se houver continuidade de discursos agressivos e de exclusão contra mulheres e minorias, o país estará condenado a seguir fragmentado. É preciso, mais do que nunca, inclusão para se construir um projeto de futuro para o Brasil. É assim que se supera uma crise econômica e o

descrédito em instituições públicas. Quais candidatos e candidatas estão aptos a contribuir com esse debate político? É a questão que se coloca para este domingo de outubro.

*Camila Villard Duran é professora doutora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (camiladuran@usp.br)*